

Não temos o que perder. **Negação na forma e significado** **da construção *ter*PRON INF¹**

Konrad Szczesniak
Konrad.szczesniak@gmail.com
Universidade da Silésia, Polónia
Universidade de Palacký, República Checa

ABSTRACT

The paper offers a cognitive linguistic analysis of the construction *ter*PRON INF (as in *Não têm onde construir o hospital*). The construction is shown to have a preference for negative uses, reminiscent of negative polarity items (NPIs). This behavior is argued to be an iconic reflection of the construction's form, distinct from similar constructions such as the relative clause construction or uses involving indefinite pronouns (*Não tenho nada a dizer*). The construction's semantic content is analyzed as that of expressing 'incapacity'. These properties of the construction are discussed in the context of idiosyncrasy and arbitrariness, widely assumed to underlie form-meaning pairings. The present study suggests that the construction is not arbitrary, but largely iconic and predictable.

KEYWORDS: Negative polarity items, minimizers, idiosyncrasy, arbitrariness, iconicity.

RESUMO

O presente estudo é uma análise cognitiva da construção *ter*PRONINF (*Não têm onde construir o hospital*). A construção tem uma preferência por usos negativos frequentes em itens de polaridade negativa. Defende-se que este comportamento está numa relação icónica com a forma da construção, diferente da de construções semelhantes tais como a construção com pronomes indefinidos (*Não tenho nada a dizer*). Quanto ao seu conteúdo semântico, a construção *ter*PRONINF serve para exprimir 'incapacidade'. As características da construção são analisadas no contexto da idiosincrasia e arbitrariedade que, segundo as abordagens construcionistas, ocorrem em pareamentos de forma e significado (*form-meaning pairings*). O presente estudo defende que as características da construção não são arbitrárias, mas sim icónicas e em grande medida previsíveis.

¹ Gostaria de agradecer a dois revisores anónimos pelas suas críticas e sugestões que me ajudaram a entender melhor as questões analisadas no presente estudo. No processo de elaboração deste trabalho, beneficieei de inúmeras conversas com Maria José Alegre, que não só me ajudou a evitar erros, mas sugeriu novas questões interessantes. Desejo também agradecer a Ana Melfe e Gabriela Salazar pela sua leitura minuciosa e pelos comentários incisivos que me permitiram aperfeiçoar as ideias aqui apresentadas. Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a Ana Maria Brito pela sua paciência e generosa disponibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: itens de polaridade negativa, minimizadores, idiossincrasia, arbitrariedade, iconicidade.

Introdução

No fim do século passado, verificou-se uma importante reviravolta nos estudos linguísticos. Depois de vários anos da revolução chomskyana e da sua considerável ênfase na pesquisa das estruturas regulares (e do seu desinteresse pelas irregularidades), surgiram novos paradigmas que salientaram a imprevisibilidade como uma marca distintiva das estruturas gramaticais. Em vez de tentar explicar a complexidade da linguagem como uma consequência de poucas e gerais regras sintáticas, atualmente, no campo da linguística cognitiva, muitos autores partem do princípio de que o conhecimento da linguagem consiste num enorme conjunto de irregularidades, expressões prefabricadas e formas idiossincráticas que os falantes memorizam, uma vez que não é possível intuir o uso e funcionamento dessas formas simplesmente seguindo as regras: “a abordagem [chomskyana] da gramática baseada em ‘palavras e regras’ não consegue dar conta de um subconjunto significativo da linguagem, que envolve irregularidades.” (Ferrari 2011: 129-130) De facto, a pesquisa cognitiva revelou que a quantidade de idiossincrasia inerente nas estruturas gramaticais é mais elevada do que supunha a Gramática Gerativa de Chomsky.

Mas embora os cognitivistas questionem o papel da regularidade, a reviravolta pós-chomskyana pouco tem de subversivo à ordem. O reconhecimento da natureza idiossincrática da linguagem é uma redescoberta que dá continuação a uma tradição interrompida pela escola de Chomsky. Na atual ênfase das propriedades excepcionais das estruturas linguísticas, o modelo cognitivo remonta à tese saussureana da arbitrariedade presente na conjugação do significado com a forma acústica que é a palavra. A inovação cognitiva consiste em estender a arbitrariedade da palavra a estruturas gramaticais.

Por outras palavras, a diferença entre as abordagens inatista e cognitiva consiste em quanto elas apostam no lado irregular da linguagem. Chomsky não negava a existência de fenómenos irregulares (tais como expressões

idiomáticas), mas defendia que eles não passavam de meras anomalias “que resultam de acidente histórico, mistura dialetal, idiosincrasias pessoais e outras semelhantes” (Chomsky 1995: 20)², relegando-os para a *periferia* – a área da linguagem fora do núcleo (*core*). Já para os cognitivistas, a periferia representa a *maior* parte da linguagem e “levanta um problema pelo menos tão grande para a aquisição como o núcleo.” (Culicover & Jackendoff 2005: 26)³ Na linguística cognitiva, a aposta está na hipótese de a linguagem ser irregular por natureza. Segundo Taylor (2012: 72) “o elemento idiomático entranha-se em cada recanto da língua ... praticamente tudo numa língua é idiomático em maior ou menor grau ... o que é excecional é o inteiramente regular e composicional.”⁴ Assim, pode-se dizer que, enquanto Chomsky marginalizava os elementos imprevisíveis, os cognitivistas não estão muito interessados nas regularidades linguísticas.

O presente trabalho concentra-se na análise duma construção gramatical à primeira vista idiosincrática e arbitrária, mas que se revela ser bastante previsível graças às suas semelhanças com outras estruturas portuguesas. Com base nesta construção, o presente estudo pretende reconciliar as abordagens inatista e cognitiva e defende a tese de que as regularidades, a iconicidade e as correspondências com o resto da língua não podem deixar de ter consequências para a aquisição / aprendizagem.

1. Gramática de Construções

Antes de analisarmos a construção gramatical em causa, primeiro consideremos brevemente alguns princípios da Gramática de Construções relevantes para o presente estudo.

Os construcionistas definem as construções como “emparelhamentos de forma e sentido” (*form-meaning pairings*, Goldberg, 2006:123) que incluem todas as estruturas presentes numa língua, desde as mais gerais,

² “phenomena that result from historical accident, dialect mixture, personal idiosyncrasies, and the like.”

³ “periphery presents at least as much a problem for acquisition as does the core”

⁴ “the idiomatic reaches into every nook and cranny of a language ... everything in a language is idiomatic to a greater or lesser degree ... it is the fully regular, the fully compositional, that is exceptional.”

como a construção apassivante (VERBO-REFL: *Fala-se português*, Ganho & McGovern, 2004: 161-162) até as mais concretas expressões fixas (*mais ou menos, de vez em quando*, etc.), todas elas caracterizadas por um grau de imprevisibilidade e idiosincrasia.

Como consequência, nas últimas décadas, tem ocorrido um aumento do interesse pelo lado irregular da linguagem, concentrando-se os autores (em especial os que se situam no campo da Gramática de Construções) principalmente em revelar construções cujo funcionamento é tão idiosincrático que não pode ser explicado com base nas regras gerais da sintaxe. Um dos exemplos mais analisados é a chamada Construção da Reação de Incredulidade (*Incredulity Response Construction*) exemplificada em usos como *O quê? Ele, trabalhar?!*, onde o sujeito é seguido dum infinitivo, em vez da forma finita do verbo. Esta configuração extraordinária verifica-se na construção numa série de línguas estudadas no âmbito construcionista (e.g. Akmajian 1984, Szczesniak 2016, Calaresu 2018). Na língua portuguesa, além desta construção, as formas idiosincráticas incluem expressões como *de vez em quando*, que diverge do padrão de SUBSTANTIVO em SUBSTANTIVO (como *de dia em dia*) ou *peras* que preenche a função de adjetivo, apesar de a sua forma não ter nada a ver com adjetivos.

Segundo o paradigma construcionista, estes exemplos — tal como todas as construções gramaticais — possuem as suas especificidades e nas palavras de Goldberg, “os seus pormenores não são determinados por princípios universais mas devem ser aprendidos cada um individualmente” (Goldberg 2006: 13)⁵. Associado a essa visão de imprevisibilidade está o papel do *input*, o uso linguístico a partir do qual as crianças descobrem as construções da sua língua materna. Porque o comportamento das construções não segue as regras gerais, havendo o constante potencial de exceções, os falantes dependem do *input* como a única fonte de material didático: é nas experiências do ambiente linguístico que se encontram os modelos de uso de todas as construções. Por exemplo, para aprender a construção apassivante portuguesa, as crianças precisam de observar o seu emprego numa série de instanciações como *Fala-se português*, *Vende-se (casa)*, *(A palavra x) não se escreve assim*, *Como se pronuncia (a palavra*

⁵ “their specifics are not determined by universal principles but must be learned on an item-by-item basis.”

x)?, etc. e, regra geral, quanto mais *input* as crianças recebem, mais ricos ficam os seus conhecimentos da construção.

Note-se que os cognitivistas não adotam a distinção entre a aprendizagem (duma língua estrangeira) e a aquisição (língua materna). Segundo Chomsky, o sucesso na aquisição provém dos conhecimentos inatos instrumentais em descobrir a gramática. Já os cognitivistas rejeitam a hipótese de factores inatos e, ao apostar no papel do *input*, rejeitam também a diferença entre a aprendizagem e aquisição, que não serão distinguidas no presente estudo.

O papel do uso autêntico é relevante tanto para a aprendizagem como para a pesquisa. Na literatura cognitiva, a maior parte das análises de estruturas linguísticas serve-se de exemplos de uso atestados em vez de frases construídas. Tal é a abordagem adotada no presente estudo. A maioria dos exemplos apresentados aqui vem de fontes que incluem o *Corpus do Português* (CPE e CPB)⁶ ou obras das Literaturas Portuguesa e Brasileira. Só esporadicamente são utilizados exemplos inventados, por uma questão de brevidade, quando não estão disponíveis frases curtas nas fontes autênticas para ilustrar os argumentos apresentados na presente discussão.

Além de salientar a importância da arbitrariedade, o modelo cognitivo criou uma nova atitude perante as regularidades linguísticas observadas nas construções gramaticais. Goldberg defende que os falantes memorizam todas as construções, quer sejam idiossincráticas ou perfeitamente regulares. Por outras palavras, na visão construcionista, a regularidade tem pouca relevância para a aprendizagem e o uso, uma ideia polémica que vai ser o tema principal do presente estudo.

2. Construção verbal

A língua portuguesa possui uma construção relativamente frequente, mas cuja forma pode parecer bastante extraordinária, à luz do seu significado.

(1) *Não tinha como recusar* (O Corpus do Português, CPE)

⁶ Todos os exemplos marcados como CPE ou CPB vêm das partes europeia e brasileira do Corpus do Português, da Universidade Brigham Young, disponível no <http://www.corpusdoportugues.org/>. O uso do itálico neste artigo justifica-se precisamente pela origem em corpora dos exemplos.

O exemplo acima pode ser parafraseado como ‘Não podia recusar’. Em tais usos, o verbo *ter* leva como complemento um pronome interrogativo seguido de um infinitivo, um comportamento sintático pouco típico para um verbo predominantemente transitivo com funções auxiliares. Normalmente, o verbo *ter* não aparece junto a pronomes interrogativos em outros usos, para além da função de exprimir a possibilidade ilustrada em (1)⁷. E não é só o pronome *como* que aparece na construção. Esta função é preenchida também através de muitos outros pronomes interrogativos:

- (2) a. *Quem já não tem o que perder, logo, não se preocupa em manter qualquer aparência ou cumprir protocolos* (CPE)
 b. *O mal foi feito, não tem o que esconder* (CPE)
 c. *Os ricos deixam de ter onde gastar o dinheiro e este passará a ser absolutamente inútil.* (CPE)
 d. *...agora não tenho onde meter os livros que mais me marcaram* (CPE)
 e. *...para continuarem a sentir-se felizes juntos, teriam de ter porque lutar* (CPE)
 f. *...não tenho porque duvidar do que escreve* (CPE)
 g. *...se sabe de alguma coisa e tem como provar denuncie, caso contrário cale-se* (CPE)
 h. *Qual de as duas versões é verdade, isso não temos como saber* (CPE)
 i. *...nem sempre tenho quem fotografar* (CPE)
 j. *não preciso de um homem para ter quem servir*(CPE)

Além disso, os pronomes podem aparecer precedidos de preposições.

- (3) a. *Não tem de que agradecer* (CPB)
 b. *Não tens com que te preocupar* (CPE)

⁷ Embora um complemento direto possa ser introduzido através de um pronome interrogativo (Svobodová, 2014 : 49), pelo que existem usos como *tenho o que compreí*, o verbo *ter* normalmente não é seguido de pronomes interrogativos em conjunto com infinitivos em outros usos senão os de expressão de possibilidade aqui discutida.

- c. *Não tem para onde ir* (CPE)
- d. *sem ter com quem falar ... sucumbe aos medos e receios* (Eduard M.M. Costa, *O Espelho*, 2007)

Embora, como mostra Ferreira (2007: 71), a construção empregue outros verbos (e.g. *haver, procurar, encontrar*), o verbo *ter* é o mais frequente. Com base nos exemplos acima, podemos representar a forma da construção como (4).

(4) *ter* PRON INF

onde PRON é um pronome interrogativo opcionalmente precedido de uma preposição e seguido de INF, um infinitivo. Sem dúvida, a forma da construção não parece, *prima facie*, ter muito a ver com as regras gerais do português. Nenhuma outra estrutura portuguesa emprega pronomes interrogativos como complementos do verbo *ter*. Além deste pormenor, a construção possui mais uma característica extraordinária, discutida a seguir.

2.1 Significados negativos

Uma característica que salta à vista é a assimetria entre usos negativos e afirmativos. Uma busca pelo *Corpus do Português Europeu* mostra que a maioria dos usos da construção tem a forma sintática negativa. Por exemplo, o verbo *pagar* aparece na construção 64 vezes e em todos os casos, o verbo *ter* tem a forma negativa. (As mais frequentes são os usos na forma da primeira e terceira pessoa: 18 vezes com *tenho* e 20 com *tem*.)

- (5) a. *Uma coisa é certa, não tenho como pagar essa quantia* (CPE)
- b. *... não tem como pagar as prestações ...* (CPE)
- c. *As rendas aumentam e muitos receiam não ter como pagar* (CPE)
- d. *Eu não o fiz por que não teria como pagar* (CPE)

Existem também expressões fixas baseadas na construção como *não ter onde cair morto* ou *não tem de quê (agradecer)*, que ocorrem praticamente sempre em forma negativa.

Além da partícula *não*, a negação é similarmente transmitida através de outros meios, tais como quantificadores negativos (*ninguém*, *nada*, *nunca*) ou a preposição de sentido negativo *sem* (Matos 2003: 773).

- e. ...ninguém terá como pagar as compras (oinsurgente.org, acessado 21 de abril 2017)
- f. ...nunca temos como definir-nos criticamente (Oswaldo Porchat Pereira, *Rumo ao ceticismo*, 2007)
- g. ...sem ter como pagar contas (CPE)

A imagem que surge é a de uma monopolização quase completa da construção pelos significados negativos. No caso do verbo *pagar*, todos os usos na amostra do corpus são claramente negativos. Uma porção de usos afirmativos da construção com o verbo *pagar* aparece no *Corpus do Português do Brasil*, mas aqui o que se verifica não são típicos significados positivos.

- (6) a. *Por fim, se percebem que você tem como pagar, eles dão o golpe fatal* (CPB)
- b. *...ela precisa lucrar muito com esses alugueis para ter como pagar aos colaboradores* (CPB)
- c. *Acho que ambos fizemos um bom negócio e com isso eu já tenho como pagar o tablet novo* (CPB)
- d. *...apenas elas têm como pagar escolas que cobram mensalidades de R\$ 2.000,00 ao mês para seus filhos* (CPB)

Apesar da forma positiva do verbo nos exemplos acima, eles evocam cenários negativos no plano de fundo. No exemplo (6a), entende-se que as pessoas normalmente não têm como pagar e as capazes de solvência são exceções que atraem a atenção. No exemplo (6b), o carácter negativo é sublinhado pela menção de condições especiais que devem ser preenchidas para conseguir a possibilidade de pagamento: a personagem só terá como pagar se tiver muito lucro. O uso do advérbio *já* no exemplo (6c) sugere que a possibilidade de pagamento é uma ocorrência recente e que até há pouco tempo o sujeito não tinha como pagar. No

exemplo (6d), modificado por “apenas”, o pronome “elas” refere-se a poucas pessoas capazes de pagar; regra geral, a maioria não é capaz. Resumindo, a construção limita-se a exprimir significados de positividade que são exceções da norma negativa, privilégios evidentes pelo contraste com a preponderância do negativo ou mudanças depois de uma rotina do negativo. Usos genuinamente afirmativos, sem traços de negação não existem. Seria uma forma estranha de iniciar uma conversa com as palavras *Tenho onde dormir, sabe*. Embora existam casos que, à primeira vista, parecem ser exceções, considerados com mais atenção confirmam a preferência da construção por contextos negativos. Por exemplo, é perfeitamente normal a pergunta *Tens onde dormir?* (que emprega o verbo na forma positiva), mas perguntas trazem embutido um cenário negativo como uma das opções. Esta questão vai ser discutida em 2.3.

2.2 Frases afirmativas simples segundo Talmy (2000)

O que aumenta a impressão de idiosincrasia da presente construção é o fato de a sua preferência por usos negativos inverter os padrões normais.

O padrão comum observado em frases declarativas simples é bastante intuitivo. Segundo Talmy (2000), são as frases factuais positivas simples as mais básicas e são elas que detêm primazia sobre as negativas. Em primeiro lugar, frases afirmativas simples são em geral mais frequentes do que as negativas; por exemplo, De Swart (2010: 116) cita a infrequência da negação em relação a frases afirmativas como evidência da marcação da negação. Além disso, as frases afirmativas prevalecem em mais um aspecto. Como argumenta Talmy, apesar da negação na frase *Não levei o teu dinheiro*, a alegada não-ocorrência está inevitavelmente acompanhada de um cenário positivo – a sua versão afirmativa *Levei o teu dinheiro*, que funciona como “um quadro de comparação” (*comparison frame*, Talmy, 2000:291-292). Já as frases positivas não evocam alternativas negativas. Uma declaração como *Levei o teu dinheiro* é aceite só na versão positiva, sem se considerar a sua alternativa contrafactual negativa. Por outras palavras, a cena descrita numa frase é evocada tanto no caso da versão positiva como a negativa. Por esse motivo, cada vez que é enunciada uma frase negativa, aumenta automaticamente também a frequência de cenários positivos. À vista disso, verifica-se uma forte assimetria, onde

predominam versões afirmativas de frases simples e as negativas são casos especiais.

A assimetria inverte-se no que respeita à construção *ter*_{PRON INF}, onde as mais básicas são as frases negativas. São essas que parecem implícitas e naturais. As relativamente raras frases afirmativas baseadas na construção representam um desvio do padrão negativo. Aqui, as frases afirmativas trazem no fundo um reflexo da alternativa negativa, considerada normalmente como sendo mais plausível. Por outro lado, as frases negativas do tipo *ter*_{PRON INF} não evocam os seus reversos.

2.3 Formas não-assertivas e itens de polaridade negativa

As propriedades descritas até agora inscrevem-se muito bem nas propostas do programa construcionista que prevê um elevado grau de idiosincrasia nas construções gramaticais. Porém, no que se segue, vamos tentar analisar a lógica por trás das aparentes irregularidades. Espero demonstrar que a forma e o uso da construção não são tão arbitrárias como parecem.

A inclinação negativa da construção traz à mente um outro exemplo de formas, as chamadas formas não-assertivas (Quirk *et al.* 1985:83). Os exemplos que se seguem ilustrarão a natureza negativa das formas não-assertivas. As mais importantes das formas não-assertivas analisadas por Quirk *et al.* são as construções negativas (7a) e interrogativas (7b), mas o chamado sentido não-assertivo está envolvido também nas construções condicional (7c) e comparativa (7d), tal como nalgumas palavras semi-negativas como *sem* ou *difícilmente* (Downing & Locke, 2006:24). Uma marca distintiva das formas não-assertivas é a frequente presença do quantificador *qualquer*:

- (7) a. *Não tens qualquer razão para te sentir envergonhada* (Linda Howard, *Para quase sempre*, 2015)
- b. *Mas há qualquer dúvida?* (www.zwame.pt, acessado 21 de abril 2017)
- c. *Se tiver qualquer dúvida, basta me perguntar* (Leandro Coelho, *A Vila Do Silêncio*, 2016)
- d. *O medo de ser descartada era maior do que qualquer aventura em busca do desconhecido* (Paulo Vargas, *Os Aventureiros*, 2007)

e. *pode jogar tantos jogos como você quiser sem ter que comprar qualquer coisa* (www.phoneia.com, acessado 21 de abril 2017)

O que têm em comum todos estes usos? Porque a palavra *qualquer* surge neles? Os contextos nas frases (7a-e) podem ser descritos como explicitamente negativos ou como contextos com um elemento negativo oculto “de fundo” (Klíma, 1964). Enquanto a negação é explícita no exemplo (7a), ela recua para uma posição mais discreta nos restantes casos. A pergunta (7b) baseia-se numa proposição (‘Há uma dúvida’) e uma escolha entre o valor positivo (‘De facto, há uma dúvida’) e negativo (‘Não há’). A construção condicional (7c) exprime uma hipótese positiva de poder haver dúvidas, mas é implícito o facto de neste momento *não* haver dúvidas. Finalmente, na construção comparativa (7d), o uso do quantificador negativo *qualquer* deve-se à natureza negativa da comparação: ela mostra que não existem exemplos (de medo) iguais ao caso apresentado na frase. A presença de um elemento negativo nestes usos, no caso do português, foi também apontada por Ilari (1984) e Souza *et al.* (2008). Visto que são atraídas por contextos explícita ou implicitamente negativos, as formas não-assertivas são incluídas nos itens de polaridade negativa (IPN), construções que evitam usos afirmativos (Giannakidou, 2008: 1661).

É interessante observar que a construção *ter*PRON INF é usada em todos estes cenários não-assertivos, pelo que pode também ser considerada uma espécie de item de polaridade negativa. Além dos usos negativos referidos acima, frequentes são também usos interrogativos (8a), condicionais (8b), comparativos (8c), tal como numerosos usos com as palavras negativas *difícilmente* (8d), *apenas* (8e), ou *sem* (8f).

- (8) a. *O senhor tem como pagar a multa de 468 mil reais?* (CPB)
- b. *Se tivesse onde colocar as garrafas de champanhe, tirava-as da estante* (cronicasdeumamae.blogspot.com, acessado 21 de abril 2017)
- c. *Não tem como gastar mais do que recebe* (Pedro Demo, *Pobreza política*, 1994)
- d. *...uma palavra mal colocada sem sentido algum acarretará consequências que dificilmente terás como corrigir* (CPB)

- e. ...o veterinário é importante, pois apenas ele tem como determinar o prognóstico (www.tudum.com.br, acessado 21 de abril 2017)
- f. Estamos, positivamente, tramados... sem ter como nem para onde fugir... (CPE)

Em resumo, tanto a presente construção como os outros IPNs aparecem em contextos negativos, mas também em estruturas “mais ou menos negativas” (Eckardt & Sailer 2013: 3) como as condicionais ou interrogativas, que, apesar de não apresentar marcadores de negação, transmitem sentidos negativos implícitos.

2.4 Minimizadores

Além de classificarmos a construção como um IPN, podemos agrupá-la, mais especificamente, dentro de uma sub-categoria de IPNs chamados “minimizadores”. Os minimizadores incluem expressões como *uma migalha* ou *uma gota*, que exprimem “eventualidades subminimais” (Eckardt 2005), ou seja, cenários que implicam quantidades tão pequenas e insignificantes que, se aparecessem numa frase afirmativa, acarretariam “mensagens insensatas” (Eckardt & Sailer 2013: 8). Por exemplo, é natural usar a expressão *uma migalha* numa frase como *Não nos ofereceram (nem) uma migalha*, mas seria difícil de interpretar uma frase afirmativa como *#Deram-nos uma migalha no prato* (trata-se de ironia?). Por conseguinte, os minimizadores exibem uma forte preferência por contextos negativos:

- (9) a. *Não pregou olho toda a noite* (CPE)
b. *#Ontem preguei o olho*
- (10) a. *Nunca levantou um dedo contra a corrupção* (CPE)
b. *#levanta o dedo muitas vezes em nome dos desprotegidos*
- (11) a. *Ela não abriu a boca sobre o assunto* (Gonzalo Torrente Ballester, *O casamento de Chon Recalde*, 1996)
b. *#Ela abriu a boca sobre o assunto*

- (12) a. Não vamos ceder um milímetro na luta contra o Capital no campo (global.org.br, acessado 21 de abril 2017)
b. #Vamos ceder um milímetro na luta contra a injustiça

A lógica por detrás da presença de minimizadores em contextos negativos é que eles ilustram o grau extremo da ausência de uma ação. Considere-se por exemplo o cenário de ceder terreno numa batalha (12a). Se se imaginar a luta contra a injustiça como uma prova de tração à corda, ceder um milímetro representaria uma flutuação minúscula, insuficiente para afetar o resultado final. Por outras palavras, ceder um milímetro é praticamente igual a não ceder nada. Assim, a expressão serve para construir uma escala mental, onde o foco recai sobre o ponto extremo correspondente à completa intransigência por parte do sujeito: se ele não tenciona ceder nem um milímetro, é uma forma enfática de dizer que não vai ceder absolutamente nada.

Ao mesmo tempo, o grau mínimo transmitido por estes IPNs explica por que razão eles evitam contextos positivos. Na hipotética frase *#Ontem preguei o olho*, o mero fechar de olhos, ao menos por um instante, é demasiado insuficiente para contar como descanso que uma frase afirmativa serviria para descrever. Uma menção de tal proveito exíguo numa frase afirmativa como (9b) ou faria pouco sentido ou poderia ser interpretada como expressão irónica de ausência de sono.

2.5 Forma icónica da construção *ter*PRON INF

Embora existam diferenças, a construção *ter*PRON INF funciona de modo semelhante. Para compreender o raciocínio por detrás do comportamento da construção, convém concentrar-se na sua curiosa forma: por que razão se inclui nela o verbo *ter* seguido do pronome interrogativo? É pouco provável que seja por mero acaso; afinal, não apareceria lá um elemento obscuro e aleatório sem qualquer papel. É mais lógico supor que a construção emprega o elemento interrogativo para transmitir o seu significado. Num uso como (13), aquilo que se pode perder é tão pouco que é preciso perguntar “o que” exatamente é que está em causa.

- (13) *Não temos o que perder* (Cassemiro Santiago, *O Templo Dourado*, 2009)

É a motivação icónica da presença do pronome interrogativo *o que* (ou outros *como, onde, quem*, etc.) na construção – o pronome sugere que as possibilidades são limitadas e pouco óbvias. Para descobri-las é preciso perscrutar as opções disponíveis e a forma de pergunta “o que perder”, “como pagar”, ou “onde ficar” reflete o carácter interrogativo da análise das opções, quase como se estivesse a perguntar. Por outras palavras, não há uma escolha livre entre inúmeras opções. Se houver, são tão poucas que se pode dizer que são praticamente ausentes, tal como pregar o olho é praticamente o mesmo que não dormir de todo. Negação de opções tão escassas serve para sublinhar a ideia da inexistência: é uma forma enfática de dizer que não existem nem sequer opções muito modestas, ou seja, nada significa ‘nada mesmo’.

Ao passo que a estrutura interrogativa serve para exprimir quantidades nulas, a interpretação de inexistência provém do emprego negativo do verbo *ter*. Neste contexto, é importante relatar que o verbo *ter* exprime um leque de sentidos, que vão muito além do sentido da posse. Eles incluem a localização e existência. Por exemplo, a frase *Tens um atirador à tua esquerda* não deve ser interpretada como ‘És dono dum atirador à esquerda’, mas sim ‘Há / existe / encontra-se um atirador à tua esquerda’. De facto, a tendência de associar os sentidos possessivos com os locativos e existenciais verifica-se em muitas línguas e parece ser uma característica universal (Heine 1997, Clancy 2010). No caso da presente construção também o verbo *ter* pode ser substituído por outros sinónimos que exprimem sentidos existenciais ou locativos como *haver, encontrar, ou procurar* (Ferreira 2007).

Resumindo, a interpretação de incapacidade expressa pela construção *ter*_{PRONINF} é resultado icónico do emprego do verbo *ter* em conjunção com a estrutura interrogativa introduzida pelo pronome. Estes dois elementos transmitem o sentido que pode ser parafraseado como ‘não existe a possibilidade (de fazer alguma coisa)’.

Mas a hipótese de haver uma relação icónica entre o significado da presente construção e a sua forma depende duma importante premissa. Nomeadamente, a argumentação parte do princípio de que o que se emprega na construção depois do verbo *ter* é, de facto, uma estrutura interrogativa, e não relativa, entre outras possibilidades. Nas páginas a seguir vamos considerar (e rejeitar) tais possibilidades.

3. Diferenças com as relativas e as semelhanças com as interrogativas

3.1 Relativas comuns com antecedente

Apesar das semelhanças, deve ser descartada a possibilidade da evolução a partir da construção relativa, onde o pronome relativo aparece após um potencial substantivo elíptico, como no seguinte exemplo.

- (14) a. *Não tenho (lugar) onde ficar*
b. *Não temos (razões) por que rejeitar a ideia*

Embora tal paráfrase seja possível nestes exemplos, já outros pronomes não permitem antecedentes análogos, como se verifica nas seguintes frases.

- (15) a. **Não tenho pessoas a quem perguntar*
b. **Não temos jeito como te ajudar*
c. **O candidato diz não ter segredos o que esconder*

Além disso, a construção permite opções não disponíveis nas orações relativas. Por exemplo, o pronome interrogativo pode ser seguido de uma locução preposicional como *em casa* ou *da família*:

- (16) a. *Não tenho onde em casa guardar tantas malas*
(cf. **Não tenho lugar onde em casa guardar tantas malas*)
b. *Não tenho para quem da família dar as roupas de bebé*

3.2 Relativas apositivas

Uma hipótese alternativa seria considerar a presente construção mais próxima à estrutura relativa exemplificada em (17):

- (17) *Os amigos prepararam-me uma festa, o que muito me espantou.* (Ex. 1a, Brito & Duarte 2003: 674)

Em tais frases, o morfema-Q ocorre sem antecedente nominal e, em vez disso, introduz “um comentário acerca da proposição anterior” através das chamadas “orações relativas apositivas de F” (Brito & Duarte 2003: 674). Mas tal hipótese também não corresponde à natureza da construção *terPRONINF*.

Em primeiro lugar, as orações relativas apositivas não admitem infinitivos (... *prepararam uma festa, o que me *espantar*) e, o que é talvez mais evidente, elas são introduzidas por um conjunto limitado de elementos. Brito e Duarte (2003: 674) enumeram somente quatro opções: *o que*, *que*, N + *que* (e.g. *situação que*), ou N + D + *que* (e.g. *situação essa que*), enquanto *ter*_{PRONINF} é usada com uma variedade de morfemas-Q (apresentados acima em 2-3).

3.3 Relativas livres

Também deveria ser levada em conta a possibilidade de a presente construção ser variante das orações relativas livres (e.g. *O que fizeste foi corajoso*). De facto, é assim que uma estrutura parecida é abordada por Grosu & Landman (1998: 156) que introduzem a designação “relativas livres irrealis” (“irrealis free relatives”, no original inglês) para o equivalente romeno da construção. De modo semelhante, a designação é adotada por Ferreira (2007) que analisa exemplos desta estrutura com os verbos *haver*, *procurar*, *encontrar*, *arranjar*, *levar*, *trazer* e *dar* (Ferreira 2007: 71).

À primeira vista, a posição de Grosu & Landman/ Ferreira parece perfeitamente válida, porque tanto a construção *ter*_{PRONINF} como as relativas livres apresentam uma variedade mais abrangente de morfemas Q. E tal como acontece no caso de *ter*_{PRONINF}, as relativas livres não empregam os pronomes *cujo* e *qual*, o que é consequência de não haver antecedente expresso em nenhuma das duas estruturas (Brito & Duarte 2003: 677).

No entanto, há diferenças que indicam que se trata de duas estruturas não relacionadas. Em primeiro lugar, as relativas livres podem empregar praticamente todas as formas do verbo (*Quem soube / sabe / souber*), mas não empregam infinitivos (**Quem saber a resposta deve levantar a mão*), enquanto o infinitivo é a única forma possível na construção *ter*_{PRONINF}.

Mais importante ainda, a construção com o infinitivo difere das relativas livres em relação ao emprego do morfema Q. Nas relativas livres, o pronome pode substituir tanto o sujeito (*Quem viu a pintura ficou impressionado*) como o objeto (*O que vimos foi impressionante*). Por outro lado, na construção *ter*_{PRONINF} o pronome pode substituir o objeto (*Não temos quem empregar*), objeto preposicional (...*com quem falar*), ou adjacentes circunstanciais (*Não temos onde dormir, como pagar, etc.*), mas crucialmente não o sujeito (**Não tenho quem me proteger*).

3.4 Semelhanças com interrogativas indiretas

Em vez disso, a construção parece ser um caso especial de estruturas interrogativas indiretas como (18a-20a)

- (18) a. *Explicaram-nos como pagar*
b. *Felizmente já tenho como pagar*
- (19) a. *Já sei onde ficar* (Os Tribalistas, *Já sei namorar*, 2002)
b. *E não se preocupe se ainda não tem onde ficar*
(jpn.up.pt, acessado 21 de abril 2017)
- (20) a. *...não é fácil escolher com quem casar*
(www.diverte-me.com, acessado 21 de abril 2017)
b. *...milhões de chineses não têm com quem casar*
(www.aeiou.pt/quiosque, acessado 21 de abril 2017)

Um argumento a favor desta hipótese é o comportamento da condição que Brito e Duarte (2003: 678) chamam de “conformidade categorial”. Tal comportamento pode ser observado quando o morfema-Q vem acompanhado de uma preposição (*de quem, com que, etc.*): uma oração relativa introduzida por uma combinação preposição/morfema-Q é gramatical desde que o antecedente a que se refere também leve a mesma preposição; caso contrário, o resultado é uma frase como (21). A anomalia da seguinte frase deve-se ao conflito entre as propriedades de seleção dos verbos *ver* e *gostar*: enquanto *gostar* exige a preposição *de*, *ver* leva um objeto direto sem mediação preposicional.

- (21) **Eu vi ontem de quem gostas.* (ex. 14, Brito & Duarte 2003: 678)

Contrariamente, interrogativas parecem não impor quaisquer exigências de conformidade categorial. A seguinte frase em (22) continua gramatical apesar da falta de conformidade categorial entre os verbos *saber* e *falar*.

- (22) *Eu não sei com quem tenho a honra de falar.* (Camilo Castelo Branco, *Maria Moisés*)

Repare-se que normalmente *saber* leva um complemento acusativo (e.g. *saber a resposta, sei-a*) e embora por vezes empregue a preposição *de* (*sei disto*), o verbo não aparece com qualquer outra preposição (**sabes com a resposta, *sei no resultado*). Em geral, estruturas interrogativas indiretas permitem um leque diversificado de preposições, independentemente das propriedades do verbo na oração principal:

- (23) a. *E perguntei-me desde quando se pratica a caricatura.*
(Vergílio Ferreira, *Conta-corrente*)
b. *Apertado com perguntas não explicou de onde vinha...*
(Angelina Vidal, *Lisboa antiga e Lisboa moderna*)
c....não lhe disseram para quem eram o quarto e o apartamento?
(Julio Baptista Nunes, *História romanceada da conspiração de 1817*)

Do mesmo modo, a construção *ter*_{PRONINF} é usada com uma variedade de preposições, não limitada pelas propriedades de seleção do verbo *ter*. Depois do verbo *ter* podem ser usadas quaisquer combinações de pronomes e preposições como as apresentadas em (3) acima.

Finalmente, existe mais uma característica que as interrogativas indiretas compartilham com a construção *ter*_{PRONINF}. Recorde-se que, na presente construção, o morfema Q não substitui o sujeito do infinitivo (**Não tenho quem nos ajudar*) e o mesmo se dá nas interrogativas com o infinitivo (**Não sei quem nos ajudar*. Cf. *Não sei quem ajudar*). Isto significa que, em ambos os casos, o sujeito da oração principal é também o sujeito do infinitivo depois do morfema Q. As relações entre os elementos da estrutura são apresentadas em (24), onde o morfema Q (*quem*) é o objeto do verbo *empregar* (a posição original do objeto é marcada com o símbolo *t*) e os verbos *temos* e *empregar* referem-se ao mesmo sujeito (*Nós*).

- (24) a. $(Nós)_i$ não temos_i quem empregar ______i .
b. $(Nós)_i$ não sabemos_i quem empregar ______i .
SUBJ VERBO MORF_i INF t_i

4. A polémica cognitivo-inatista

Chomsky não foi o primeiro a marginalizar (ou talvez “periferizar”) fenómenos idiossincráticos que não se ajustassem à sua teoria dum sistemático e elegante núcleo dos conhecimentos linguísticos. Desconsiderar factos inconvenientes e casos incompatíveis com as teorias dominantes foi sempre um reflexo automático por parte dos cientistas. Tal comportamento já era conhecido há mais de um século:

“Cada ciência possui uma espécie de sótão para o qual se empurram quase automaticamente as coisas que, por enquanto, não se podem usar, que não aderem, ou que ninguém quer investigar ‘por enquanto.’ ... o verdadeiro efeito desses expedientes é ... paralisar a vontade de avançar.” (Köhler 1913: 29)⁸

Nas últimas três décadas, o clima no campo da linguística mudou o suficiente para investigar as coisas que Chomsky tinha empurrado para o sótão. A mudança deveu-se ao enorme e crescente volume de fenómenos idiossincráticos descobertos em diversas línguas, fenómenos que simplesmente não podem continuar a ser ignorados. Como consequência, tem sido questionada a visão chomskyana da linguagem como uma faculdade mental pré-equipada dos conhecimentos da gramática universal. Como Croft e Cruse assinalam logo no começo da sua proeminente *Cognitive Linguistics*, o primeiro princípio do novo paradigma⁹ opõe-se à bem conhecida hipótese da gramática generativa da linguagem como um módulo ou faculdade cognitiva autónoma (de facto, inata)⁹ (Croft & Cruse 2004: 1). Agora, nos círculos cognitivos, reina a convicção de que a principal propriedade universal entre as línguas é a idiossincrasia, inacessível a quaisquer supostos mecanismos inatos.

⁸ “Each science has a sort of attic into which things are almost automatically pushed that cannot be used at the moment, that do not quite fit, or that no one wants to investigate ‘at the moment.’ ... the actual effect of these expedients is ... to paralyze the will to advance.” (Köhler 1913: 29)

⁹ “The first principle is opposed to generative grammar’s well-known hypothesis that language is an autonomous (indeed, innate) cognitive faculty or module” (Croft & Cruse 2004: 1)

No entanto, a atual revolução também traz o risco de paralisar a vontade de avançar, visto que ela também costuma empurrar para o sótão as coisas que ninguém no campo cognitivo quer investigar: isto é, as regularidades e a possibilidade (de outro modo bastante evidente) de que, no decurso da aprendizagem, a mente se aproveita das regularidades inerentes ao sistema linguístico. Uma teoria concentrada nas idiossincrasias, mas indiferente a como a mente descobre as regularidades, seria simplesmente incompleta. Enquanto por agora o interesse pela idiossincrasia pode eclipsar o lado regular da linguagem, continuar a ignorar esse elefante na sala pode revelar-se ser um erro tão evidente como periferizar a idiossincrasia. A alternativa aqui defendida é tentar enfatizar tanto as propriedades regulares como os aspetos excepcionais da linguagem num modelo mais simétrico. Isso implica a necessidade de tentar superar as aparentes contradições entre os modelos generativo e cognitivo, por razões discutidas a seguir com base nas observações sobre a presente construção gramatical.

4.1 Idiossincrasia

No presente estudo foram analisadas as seguintes características da construção *ter*_{PRONINF}:

- a. a estrutura idiossincrática (verbo *ter* seguido de uma estrutura interrogativa indireta);
- b. o uso da construção em contextos negativos.

Para a escola da Gramática Generativa, a primeira propriedade seria uma característica de periferia. Para a Gramática de Construções, trata-se dum exemplo clássico duma construção idiossincrática independente, *sui generis*, cuja aprendizagem requer grandes quantidades de *input*.

Em termos gerais, as construções—as conjunções de forma e sentido—precisam de ser aprendidas precisamente porque são arbitrárias e imprevisíveis; se fossem evidentes e óbvias, não haveria necessidade de memorizá-las. É importante ressaltar que, segundo Goldberg (2006: 5), *todas* as construções são aprendidas e armazenadas, mesmo as perfeitamente previsíveis, desde que ocorram com bastante frequência. Assim, expressões como *Feliz Aniversário* ou *bom dia* são aprendidas a partir do *input* (e o mesmo se dá com todas as outras formas da língua

portuguesa), apesar de elas não apresentarem quaisquer irregularidades ou idiossincrasias óbvias.

Talvez seja preciso memorizar tudo, quer seja arbitrário quer perfeitamente regular. Mas a questão principal é a seguinte: qual é o papel da regularidade na aprendizagem? Parece intuitivamente razoável supor que, quanto mais regular ou lógica for uma forma, mais fácil de aprender será. No entanto, ao rejeitar a hipótese das predisposições inatas e ao atribuir o sucesso de aprendizagem ao papel do *input*, os linguistas cognitivos sugerem que o esforço por parte do falante é igual tanto no caso de estruturas muito idiossincráticas como das mais regulares e previsíveis. Por outras palavras, tanto faz se uma estrutura é regular ou não.

A presente construção é um caso instrutivo. Ao passo que a sua forma é bastante idiossincrática, já o seu uso tem uma lógica evidente, própria de qualquer item de polaridade negativa. Recorde-se que se trata dum minimizador cujo funcionamento é semelhante a expressões como (não) pagar / ter / dar / valer um tostão furado. Tais formas transmitem quantidades tão ínfimas que elas simplesmente não fariam muito sentido em usos positivos, por simples razões pragmáticas. Tal como os outros minimizadores, a presente construção possui uma forte preferência por sentidos negativos. Essa preferência pode ser intuída a partir da forma da construção e não duma análise minuciosa de centenas de usos da construção atestados no *input*. De fato, é provável que, mesmo sem o benefício dum abundante *input*, os falantes não se sentissem tentados a usar a presente construção para transmitir sentidos positivos. Tais usos são tão pragmaticamente implausíveis e insensatos que são praticamente “invisíveis” para os falantes e não há necessidade de muito *input* para aprender a evitá-los, tal como não há necessidade de explicar a ninguém que um tostão furado seria uma quantidade insuficiente e inapropriada em quaisquer circunstâncias.

4.2 Interação de factores internos e externos

Deveria ser bastante claro que o conhecimento da língua é fruto duma combinação de factores internos e externos e é uma questão em aberto exatamente em que proporções co-existem estas duas fontes. Neste momento, o pêndulo está de volta à posição que recorda o destaque

behaviorista dos factores externos e da importância do estímulo, pelo que se tornou costume nos círculos cognitivistas presumir que falantes aprendem praticamente tudo por exposição à linguagem que ouvem, uma vez que todas as construções são altamente idiossincráticas e demasiado imprevisíveis para serem usadas intuitivamente sem experiência prévia.

No entanto, a aprendizagem e o uso da construção *ter*_{PRON} *INF* implicam uma abordagem que reconcilie elementos da Gramática Gerativa e da Gramática de Construções. Nenhum modelo sozinho parece ser capaz de explicitar o funcionamento da construção. Para a Gramática Gerativa, ela é tão idiossincrática que escapa às regularidades profundas da gramática nuclear. Já para a Gramática de Construções, formas como *ter*_{PRON}*INF* podem não ser idiossincráticas o suficiente. A construção *ter*_{PRON}*INF* não é nem completamente transparente nem inteiramente idiossincrática. O seu funcionamento deve resultar da interação das regularidades profundas (defendidas pelo inatismo) com a aprendizagem (defendida pelo cognitivismo) a partir da observação do *input*. Enquanto é bastante claro e inquestionável o papel da aprendizagem a partir de usos observados (tratados como modelos a imitar), é mais difícil especificar em grande pormenor as regularidades responsáveis pela forma e sentido desta construção e pela sua presença em várias línguas. Porém, existem duas hipóteses aproximadas. Uma tem a ver com a iconicidade e a outra com a lógica geral.

A iconicidade está por trás da peculiar combinação do verbo *ter* com o pronome interrogativo, algo que, à primeira vista, parece ser uma idiossincrasia inexplicável através de quaisquer regularidades profundas. Como no caso de outras construções inicialmente consideradas muito idiossincráticas e arbitrárias que, olhadas mais de perto, se revelam bastante transparentes (e.g. a construção inglesa *X's way* descrita em Szczesniak 2013), também aqui existe uma relação icónica entre a sua forma e significado. Conforme referido na secção 2.5, há uma correspondência simbólica entre a forma interrogativa da construção (*como pagar, o que fazer*) e a ideia de escassez de possibilidades que ela exprime. Pode-se imaginar o facto de “não ter como pagar” ou “não ter o que fazer” como resultado de fazer uma pergunta “como pagar?” ou “o que fazer?” e de verificar uma falta de possibilidades. Esta relação icónica confere um ar natural e intuitivo à forma interrogativa da construção.

A lógica geral pode explicar por que razão os falantes usam a construção quase sempre na forma negativa e esta lógica é alternativa à imitação defendida por autores como Taylor (2012) ou Bybee (2010). Segundo estes autores, as pessoas prestam atenção (embora subconscientemente) às frequências de expressões, pelo que seria natural partir do princípio de que elas reparam também na distribuição desigual entre os usos negativos e afirmativos da construção *terPRON INF*, o que deveria influenciar depois os seus usos desta construção, garantindo que eles sejam na maioria negativos também. Porém, pelo menos no caso da construção aqui discutida, os falantes, provavelmente, não precisam de basear os seus usos no modelo que ouvem ao aprender a língua. A forte inclinação negativa surge como consequência natural da forma da construção: usos negativos parecem mais naturais, dado que a presença de um elemento interrogativo na construção indica uma quantidade tão insignificante que não faria muito sentido falar sobre ela no afirmativo.

5. Conclusões

A convicção de que a idiosincrasia e a imprevisibilidade devem ser marcas distintivas das construções gramaticais é produto da escolha do material analisado. Quase todas as construções analisadas no âmbito da Gramática de Construções nos últimos anos exibem características surpreendentes. Não é por coincidência que têm sido escolhidas construções que atraem a atenção por exibirem, de um modo ou outro, especificidades próprias, ou seja aquelas que foram antes descartadas por Chomsky como “periferia”. Visto que a abordagem cognitiva (tal como a construcionista) se opõem ao generativismo de Chomsky, é natural que as formas linguísticas estudadas por construcionistas sejam precisamente aquelas que confirmam a validade do novo modelo. Quanto mais idiosincráticas e arbitrárias as construções, quanto mais resistentes a “regras gerais” de Chomsky, melhor. Não é de estranhar que a literatura construcionista abunde em análises de formas como a Construção de Reação de Incredulidade (*O quê? Eu, preocupar-me!?*). Esta e uma série de outras construções são apresentadas por autores como Lambrecht

(1990) ou Baicchi (2015) como formas altamente imprevisíveis e não-composicionais.

No entanto, nem todas as construções são tão idiossincráticas como sugerem os estudos construcionistas. Uma análise mais pormenorizada mostra que mesmo formas tão aparentemente ímpares como a Construção de Reação de Incredulidade se revelam bastante transparentes e consistentes com as regras gerais (Szczesniak, 2015). O mesmo se dá com a construção *ter* PRON INF. A construção bem pode parecer assaz idiossincrática, mas ao concentrarmo-nos nas suas características, o seu sentido negativo revela-se ser uma consequência inevitável da sua forma. Trata-se de fortes regularidades que deveriam ser salientadas junto com as idiossincrasias. Sublinhar somente os aspetos irregulares seria como insistir que não há regras, só exceções.

Referências

Akmajian, A. 1984. Sentence types and the form-function fit. *Natural Language and Linguistic Theory* 2, pp. 1-23.

Baicchi, A. 2015. *Construction Learning as a Complex Adaptive System: Psycholinguistic Evidence from L2 Learners of English*. Heidelberg: Springer.

Brito, A. M. & Duarte, I. 2003 Orações Relativas e Construções Aparentadas. In M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 653-694). Lisboa: Caminho.

Bybee, J. 2010. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Calaresu, E. 2018. Grammaticalizzazioni polifoniche o “verticali” e sintassi dialogica. Dagli enunciati-eco ai temi sospesi: l’infinito anteposto in strutture del tipo “mangiare, mangio”. In P. Greco, C. Vecchia & R. Sornicola (Eds.) *Strutture e dinamicismi della variazione e del cambiamento linguistico. Atti del Convegno DIA III, Napoli, 24-27 novembre 2014* (pp. 505-521). Napoli: Giannini Editore.

Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.

Clancy, S. J. 2010. *The Chain of Being and Having in Slavic*. Amsterdam: John Benjamins.

Croft, W. & Cruse, D. A. 2004. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Culicover, P. & Jackendoff, R. 2005. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press.

De Swart, H. (2010). *Expression and Interpretation of Negation. An OT typology*. Dordrecht: Springer.

Downing, A. & Locke E. 2006. *English Grammar: A University Course*. Londres: Routledge.

Eckardt, R. & Sailer, M. 2013. Beyond “any” and “ever”. In E. Csipak, R. Eckardt, M. Liu & M. Sailer (Eds.) *Beyond ‘Any’ and ‘Ever’* (pp. 3-20). Berlin: De Gruyter.

Eckardt, R. 2005. Too poor to mention. Subminimal Eventualities and Negative Polarity Items. In C. Maienborn, & A. Wöllstein-Leisten (Eds.) *Events in Syntax, Semantics and Discourse* (pp. 301-330). Tübingen: Niemeyer Verlag.

Ferrari, L. 2011. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto.

Ferreira, S. Aguiar. 2007. *Sobre a Função e a Forma de Alguns Subtipos Especiais de Orações Relativas Sem Antecedente Expresso do Português*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Ganho, A. S. & McGovern T. 2004. *Using Portuguese. A Guide to Contemporary Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

Giannakidou, A. 2008. Negative and positive polarity items: licensing, compositionality and variation. In C. Maienborn, K. von Stechow & P. Portner (Eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning* (pp. 1660-1712). Berlin: Mouton de Gruyter.

Goldberg, A. 2006. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press.

Grosu, A. & Landman, F. 1998. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics* 6, pp.125-170.

Heine, B. 1997. *Possession. Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Ilari, R. 1984. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. *Linguística: Questões e Controvérsias. Série estudos*, 10, pp. 83-97.

Klima, E. 1964. Negation in English. In J. Fodor, & J. Katz (Eds.), *The Structure of Language* (pp. 246–323). Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Köhler, W. 1913/1971 On Unnoticed Sensations and Errors of Judgment. In M. Henle (Ed.), *The Selected Papers of Wolfgang Köhler* (pp. 13-39). Nova Iorque: Liveright.

Lambrecht, K. 1990. What, me, worry? Mad magazine sentences revisited. *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society* (pp. 215-228). Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society.

Matos, G. 2003. Aspectos sintáticos da negação. In M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 767-793). Lisboa: Caminho.

O Corpus do Português. Criado por Mark Davies. Disponibilizado pela Universidade Brigham Young. 2015. Obtido de <http://www.corpusdoportugues.org/>

Quirk, R.; Greenbaum, S.; Leech, G. & Svartvik, J. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. Londres: Longman.

Souza, L. Mendes de; Lemos Gritti, L. & Pires de Oliveira, R. 2008. Um estudo sobre os itens de polaridade negativa no PB e seu licenciamento. *Working Papers em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina*, 9 (2), pp. 23-40.

Svobodová, I. 2014. *Sintaxe da Língua Portuguesa*. Brno: Masarykova univerzita.

Szczeniak, K. 2013. You can't cry your way to candy: Motion events and paths in the x's way construction. *Cognitive Linguistics*, 24(1), pp. 159-194.

Szczeniak, K. 2015. Pragmatic Strengthening Is Not Strong Enough. Meanings of Sequential Closed-class Forms. *Journal of Cognitive Science*, 16(2), pp. 73-192.

Szczeniak, K. 2016. What? You and me get together? The place of the Incredulity Response Construction in the lexicon-syntax continuum. In G. Drod (Ed.) *Studies in Lexicogrammar: Theory and applications* (pp. 121-142). Amsterdam: John Benjamins.

Talmy, L. 2000. *Toward a cognitive semantics. Vol. I: Concept structuring systems*. Cambridge, MA: MIT Press.

Taylor, J. 2012. *The Mental Corpus. How Language is Represented in the Mind*. Oxford: Oxford University Press.